

XXXIV Encuentro Arquisur. XIX Congreso
“CIUDADES VULNERABLES. Proyecto o incertidumbre”

La Plata 16, 17 y 18 de septiembre

Facultad de Arquitectura y Urbanismo – Universidad Nacional de La Plata

MUTIRÃO PRÓ – MOSTARDAS

EIXO ENSINO

4. CIDADE, TERRITÓRIO E PAISAGEM. GESTÃO

Luisa Durán Rocca, Rômulo Plentz Giralt

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Disciplina Técnicas Retrospectivas, Rua Sarmiento Leite, 320/213, CEP 90050-170, Porto Alegre/RS, Brasil, Telefone 55 51 3308.3105, l.duranrocca@gmail.com, romulo.giralt@ufrgs.br.

O presente trabalho relata o desenvolvimento de uma atividade acadêmica realizada no ano de 2013, como prática de Técnicas Retrospectivas¹. No Brasil a intervenção no patrimônio edificado é uma atribuição profissional do arquiteto (CONFEA, Decisão Normativa No. 83 de 2008) por tanto esta disciplina tem como objetivo geral introduzir conceitos relativos à identificação, salvaguarda, intervenção e gestão do patrimônio cultural no campo da arquitetura, desde uma visão crítica e contemporânea sobre o tema.

MOSTARDAS, RS; PATRIMÔNIO URBANO; DIRETRIZES PARA NORMATIVA E INTERVENÇÃO.

ANTECEDENTES

Em março de 2013 os professores entraram em contato com o então Diretor do IPHAE - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul – Arq. Eduardo Hahn a fim de elencar temas prioritários da instituição passíveis de serem abordados a partir de propostas acadêmicas. Em primeiro lugar foi colocado o Município de Mostardas, pelos inquestionáveis valores históricos e artísticos que o núcleo urbano inicial possui e pela iminente necessidade de implantar ações de salvaguarda. Desde 1991 há um processo de pedido de tombamento aberto, porém sem conclusão devido à falta de levantamentos e informações que deveriam ter sido fornecidas pela Prefeitura Municipal (IPHAE, 1991). Os alunos foram devidamente informados da possibilidade de que seus trabalhos se tornassem base de um projeto real e, por unanimidade, assinaram um “termo de doação” caso o material produzido fosse total ou parcialmente utilizado pelo IPHAE e/ou pelo Município de Mostardas.

Após ministrar os conteúdos referentes à salvaguarda, legislação e intervenção em áreas urbanas, sempre propiciando o debate em torno de estudos de caso relevantes no contexto nacional e internacional, os alunos receberam o edital do exercício. Em abril foi realizada a visita à localidade onde estavam presentes os 28 alunos da disciplina, cinco alunos estrangeiros do programa de mobilidade acadêmica, os dois professores responsáveis e o

¹ Disciplina ministrada a partir da sétima etapa com uma carga de 60 horas aula por semestre.

professor de fotografia convidado, Dr. Arq. Cesar de Bastos Vieira, que gentilmente disponibilizou suas fotografias.

DIRETRIZES DO EXERCÍCIO

Os objetivos propostos foram de carácter conceitual e metodológico. O primeiro se refere à conceituação da salvaguarda dos centros históricos como operações onde se equacionam desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade, melhorias na fruição espacial e qualidade de vida dos habitantes e preservação da autenticidade e da ambiência. O segundo se refere à aquisição de métodos e habilidades para o levantamento e diagnóstico de uma área urbana de valor histórico, artístico e ambiental.

Os alunos, em grupos de dois ou três realizaram as seguintes tarefas: 1) Levantamento do quarteirão designado, localizado dentro da poligonal preliminarmente delimitada como área de interesse, e o mapeamento por unidades prediais dos usos, alturas, características arquitetônicas, estado da construção e definição de valor/tratamento por unidade arquitetônica; 2) Levantamento fotográfico dos perfis das quadras do quarteirão designado e 3) relatório especificando “problema e solução” para um determinado tema, abrangendo toda a área urbana delimitada. Os temas foram: 1) Vegetação; 2) Sistema de circulação de veículos; 3) Estacionamentos; 4) Sistema de circulação de pedestres; 5) Iluminação pública; 6) Veículos de publicidade; 7) Mobiliário urbano; 8) Arquitetura para lotes vazios; 9) Revestimentos e cromaticidade e 10) Atividades no espaço público (comércio informal, feiras, esportes, etc.).

Os critérios de avaliação foram o grau de observação, da sistematização das informações coletadas e a síntese e coerência da proposta. Após apresentação final realizada com o Diretor e os profissionais do IPHAE, os trabalhos foram revisados e unificados e o produto final foi entregue ao Instituto. Além do aprendizado e da vivência de uma situação real, os alunos levaram consigo a satisfação e a **certeza** de terem contribuído para a salvaguarda de um rico patrimônio cultural de uma cidade **vulnerável**.

CARACTERIZAÇÃO DO LUGAR

O município de Mostardas localiza-se na faixa de terra entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, a aproximadamente 200 km, por via terrestre, de Porto Alegre, nas imediações de uma importante reserva ambiental: o Parque Estadual da Lagoa do Peixe.

Em 2010 contabilizava 12.124 habitantes (IBGE, 2010). A sede é um dos centros urbanos mais antigos do Estado, com povoamento iniciado por volta de 1736. Durante o governo de José Marcelino de Figueiredo, em 1773, foi instalada a freguesia de São Luiz de Mostardas, dependente da vila de Rio Grande. A área urbana foi reordenada e foram delimitadas as datas para assentar os imigrantes açorianos. O projeto urbano foi, provavelmente, realizado pelo capitão em exercício de engenheiro Alexandre Montanha, a julgar pela regularidade do traçado e a semelhança com outros aglomerados projetados pelo mesmo técnico. Em 1780, contava com 691 habitantes, dos quais 360 (52,10%) eram de origem europeia (DURÁN, 2009).

Desde o início da ocupação, a faixa entre o Oceano e a Lagoa dos Patos foi de extrema importância pela ligação com a Colônia do Sacramento. Essa situação favorável explica seu povoamento, pois as características do sítio –topografia plana, solo arenoso e úmido e fortes

ventos - não eram as melhores para formar um aglomerado. No século XIX, com a perda de importância da região, o povoado ficou estagnado. Em 1820, tinha 1.500 habitantes (SAINT HILLAIRE, 1999) enquanto que em 1916 passou a ter só 270 (COSTA, 1922).

Se, por um lado, a estagnação e o isolamento da região ao longo do século XX favoreceram a preservação do centro urbano, por outro, o precário desenvolvimento socioeconômico -em 2010 o IDHM foi de 0,664 -, a pecuária e a silvicultura extensiva na área rural e a falta de oportunidades para sua população colocam o espaço urbano em risco de degradação e descaracterização. A proximidade da reserva ambiental, da praia e o balneário, somadas ao rico patrimônio, constituem um potencial turístico e cultural minimamente desenvolvido. O desafio é tornar o conjunto urbano de Mostardas que hoje é um bem cultural vulnerável em um verdadeiro patrimônio cultural, privilegiando em primeira instância a população local e evitando tanto a espetacularização como a elitização do lugar. (GUTIÉRREZ, 1991)

MORFOLOGIA E TIPOLOGIA URBANA

O aglomerado, durante as primeiras décadas, provavelmente não era mais que um arranchamento. Com a criação da freguesia estruturou-se a praça central em formato retangular. Os quarteirões formaram-se já no século XX com a demarcação de duas ruas principais que coincidem com os lados maiores da praça e seis travessas perpendiculares a estas, de menor largura (Fig. 1). Embora sensivelmente quadrados, inicialmente se dividiram em uma fileira de lotes estreitos e profundos, de rua a rua, ocupados em toda a frente da rua principal. A igreja, como elemento primário e singular, posiciona-se sobre um dos lados menores da praça. Por volta da década de 60, a ocupação da metade da praça com edifícios de uso coletivo e equipamentos como a torre para o reservatório de água potável, descaracterizou o espaço central (Fig. 2).

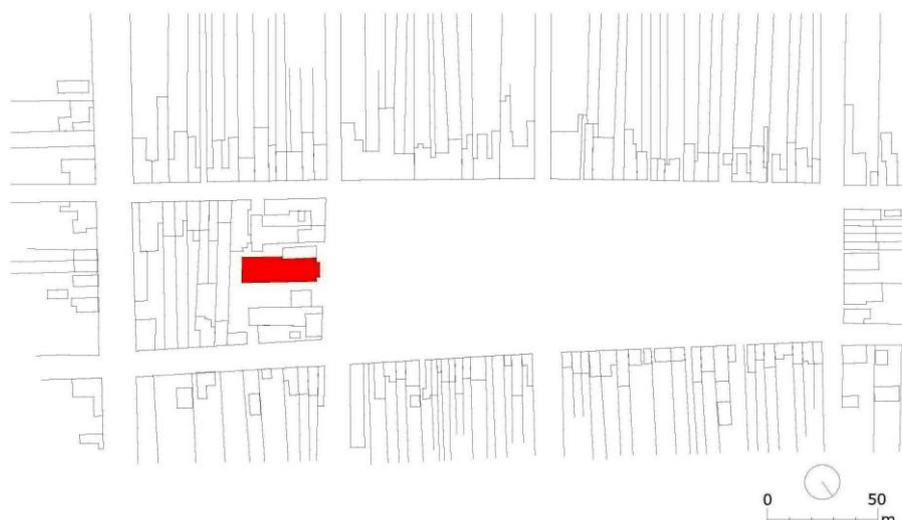


Fig. 1. Mostardas: hipótese sobre a forma urbana inicial em relação às estruturas atuais.



Fig. 2. Configuração atual da Praça central de Mostardas. Fotografia do Acadêmico André R. Thies, 2013. Os viajantes do século XIX deixaram impressões sobre Mostardas. O botânico francês Saint Hillaire percebeu a praça alongada como uma rua larga: *A aldeia é construída no meio das areias e compõe-se de cerca de 40 casas formadoras de uma larga rua, muito curta e tendo na extremidade a igreja situada no eixo da via.* (SAINT HILLAIRE, 1999, p.49)

Para o inglês Dreys, a malha quadricular e a origem da praça devem-se à persistência do padrão de aldeamento dos jesuítas: (...) *a povoação é edificada, como a maior parte das vilas antigas do Brasil, sobre um padrão normal pertencente evidentemente ao modelo primitivo introduzido nas Missões pelos padres da Companhia; é um paralelogramo do qual um dos lados é composto da igreja e suas dependências; formados os três outros lados das casas dos habitantes, que se forma multiplicando em ruas laterais à medida que as vantagens da localidade iam se desenvolvendo.* (DREYS, 1961, p.120)

ARQUITETURA DOMÉSTICA

As edificações da área central correspondem ao padrão da arquitetura popular de origem portuguesa com predomínio das seguintes características: ocupação da frente do lote, com edificações térreas sem recuos laterais; lotes e construções modulados em palmos (1 palmo = 0,22m), com cumeeira paralela ao alinhamento; alvenaria caiada e cobertura em telha capa canal.



Fig. 3. Casario de Mostardas, Rua 15 de novembro, um dos trechos em bom estado de conservação.

Da leitura da estrutura predial, observa-se que o desenvolvimento urbano ocorreu mais por subdivisão dos lotes iniciais que por extensão da malha. As casas de três vãos, conhecidas como *media morada*, em lotes de 30 palmos (6,60m) de frente, correspondem, em sua distribuição interna, ao padrão de casa açoriana com corredor central; frequentemente destinava-se uma sala da frente ao uso comercial. As de dois vãos, com até 10 palmos de frente, se formam por subdivisões prediais e se estruturam como a típica *casa de porta e janela*, sem corredor, tipo frequente nos aglomerados de pescadores do Algarve, com a primeira sala eventualmente destinada para loja. As casas com mais de cinco vãos ou *morada inteira*, com eventuais recuos laterais, e os sobrados (Fig. 3), com telhado a quatro águas, aparecem, em esquinas e situações preferenciais, como excepcionais edificações dos mais abastados. (DURÁN, 2009)

O TEMA DA AÇORIANIDADE

A população fundadora branca era formada por mais de 90% de açorianos. Embora a “capela do império” não tenha sobrevivido, evidenciam-se outros elementos culturais associados ao arquipélago como a devoção ao Espírito Santo (prova é o estandarte encontrado na Igreja) e a culinária (ambrosias e doces a base de ovo e pasteis denominados “sonhos”).

Pela interferência do urbanismo erudito (o reordenamento quando adquiriu o status de freguesia) não houve elementos característicos da espacialidade açoriana e o arranjo ao redor de uma praça tem mais a ver com a tradição de aldeamento jesuítico, incomum no

arquipélago. No entanto, na arquitetura doméstica, evidencia-se a presença de casas compactas, dos tipos frequentes nos Açores, embora não exclusivos, filtrados pela normatização e sem os característicos fornos e chaminés das ilhas, porém com as esquinas dos beirados dos telhados arrematados na forma da famosa “pombinha” que conforme a tradição oral, afasta o “mau olhado”.

ANALISE DOS LEVANTAMENTOS E PROPOSTA DE VALORAÇÃO E DEFINIÇÃO DE TRATAMENTOS

O mapeamento de usos permite constatar o predomínio de atividades institucionais, serviços e comércio de pequeno porte ao redor da praça, evidenciando a centralidade e valor como elemento primário do espaço público central. Os usos residencial e misto acontecem sobre as ruas principais; as edificações contemporâneas que resultam da subdivisão predial e ocupação das travessas tem também uso residencial.

Em relação às alturas predominam as construções térreas; são excepcionais os sobrados e se destacam no perfil, a igreja e o reservatório de água. Não se constata edificações de maior número de pavimentos.

Em relação às características arquitetônicas e o grau de autenticidade se constatou que as edificações que ainda mantêm o aspecto luso-brasileiro se localizam sobre a Rua Independência; já na Rua 15 de novembro predominam as alterações contemporâneas sobre as edificações luso-brasileiras; as edificações ecléticas, proto-modernas e modernas são poucas e não há edificações contemporâneas de qualidade.

A partir da observação do exterior, se constata a estabilidade da maioria das edificações, porém a necessidade de manutenção rotineira em quase todos os imóveis. Os edifícios em estado ruinoso são poucos.

Conforme a metodologia consagrada em planos de reabilitação urbana² que propõem a definição prédio a prédio de tipos de intervenção (DE CARLO, 1970) após cruzar as informações dos levantamentos, se definiram os seguintes tratamentos: 1) conservação integral, para os exemplares com alto grau de autenticidade; 2) conservação tipológica, para os edifícios com relativa autenticidade, tendente a preservar volumetria, tipologia e eventualmente as técnicas construtivas tradicionais; 3) reestruturação, para os exemplares que interferem com a homogeneidade da estrutura urbana e 4) obras novas para lotes vazios, conforme diretrizes de volumetria e definição de altura.

A praça e as ruas imediatas deverão ser objeto de um projeto de reordenamento e requalificação integral conforme as análises e propostas para o espaço público que se explicam a continuação.

ANÁLISES TEMÁTICAS E PROPOSTAS DE TRATAMENTO

Vegetação: de modo geral constatou-se a presença de árvores de grande porte na praça e a sua ausência nas ruas devido às calçadas estreitas e falta de áreas gramadas e/ou permeáveis o que gera uma falta de áreas sombreadas; em geral há descaso com a

² Destacamos a metodologia implementada nos Planos de Urbinoe Bolognha, implementados ao longo das décadas de 60 e 70 na Itália e que se tornaram referências para a salvaguarda e intervenção de cidades históricas.

manutenção. A proposta para o manejo integral deve padronizar canteiros e estimular o uso de espécies nativas, sempre tendo o cuidado de que as suas raízes não danifiquem os alicerces das edificações.

A circulação veicular não apresenta maiores problemas pelo pouco fluxo de veículos. As ruas principais possuem pavimentação em paralelepípedo o que é positivo para a drenagem urbana e a habitabilidade. A Avenida Padre Simão – uma avenida de mão dupla com canteiro central e pavimentação asfáltica, cruza a cidade e faz a ligação entre a rodovia a estrada regional -BR101 - e o balneário, onde passa a ser chamada de Estrada do Balneário. Devido ao baixo volume do trânsito, não há necessidade de semáforos e as faixas de segurança são raras, concentrando-se principalmente nas redondezas da Igreja Matriz da cidade. É comum o uso de bicicletas e motos o que é facilitado pelo terreno plano.

A área estudada não possui vagas demarcadas para estacionamento o que ocorre nas ruas, onde se permite estacionamento em ambos os lados. Com a possibilidade de tombamento há a necessidade de delimitar estacionamentos, próximo ao centro e aos corredores de edificações mais consolidados, fortalecendo o crescimento e desenvolvimento da região. Deve-se restringir o estacionamento no entorno da praça, e só permitir parada para carga e descarga.

Os pedestres circulam preferencialmente pelas calçadas. Porém, foi observado que estas são estreitas em algumas ruas e o calçamento precário, quando não inexistente. A circulação pelas calçadas pode se tornar incômoda quando estas possuem trechos não pavimentados ou com obstáculos como postes. Outra característica das calçadas é que estas não recebem uma pavimentação padronizada. Fica a cargo de cada lote pavimentar a sua calçada, o que resulta em revestimentos diferentes ao longo da mesma rua. Também a manutenção das mesmas é variada, estando algumas em péssimo estado de conservação.

Mostardas conservou uma via de pedestres, sem separar calçada e rua, mas esta tem apenas uma quadra de comprimento não consolidando um trajeto.

Propõe-se, para a circulação de pedestres, que seja eliminada a separação entre rua e calçada nos lados da praça – separando a circulação veicular dos pedestres por meio de “fradinhos” e que nas outras ruas seja feita a padronização do dimensionamento e revestimento das calçadas; além disso devem ser removidos os obstáculos, postes, por exemplo.

Os quarteirões analisados carecem de rampas de acesso ao passeio público, dificultando a mobilidade de cadeirantes. Há uma única rampa na praça central, que dá acesso à travessa da praça, porém ela não está em boas condições e costuma ser usada para o ingresso de carros neste trecho, que deveria ser exclusivo de pedestres. Seria importante realizar uma delimitação deste local, impossibilitando o acesso de carros, bem como disponibilizando rampas para cadeirantes em demais pontos da praça e das ruas do centro histórico.

A iluminação pública existente, com postes e fiações aéreas, cria uma interferência negativa em todo o espaço urbano. Deve ser realizado um projeto de iluminação pública que contemple canalização de fiações a iluminação funcional para conforto e segurança aos pedestres e iluminação cênica que destaque a igreja e o entorno da praça.

Os veículos de publicidade em termos gerais, se apresentam como elementos de poluição visual. Verifica-se uma gama de atitudes negativas como: excesso e informações

desconexas; descaracterizações das edificações com pinturas “alegóricas” que interferem no aspecto; uso de adesivos nos vidros; placas desproporcionadas para a escala da edificação; placas sobrepostas aos vãos; agregação de elementos “estranhos” à edificação descaracterizando-a completamente. Porém há dois exemplos positivos que podem se tornar padrão para todo o conjunto, nestes se emprega letra caixa aplicada e a separação entre veículo de publicidade e edificação.

Em relação ao mobiliário urbano se verifica que este foi colocado em função das necessidades da praça como núcleo social da comunidade (bancos, canteiros, brinquedos infantis, quiosques comerciais), porém não existe um projeto unitário. Ainda que funcional a praça está saturada de elementos diversos e a torre da caixa d’água da CORSAN deve ser removida.

Para o tema do tratamento dos lotes vazios e as características das edificações contemporâneas necessárias para estimular a densificação, deve se ter em conta que os lotes originais cruzavam as quadras longitudinalmente, conectando duas vias. Atualmente estes se mostram cada vez mais parcelados, alterando a configuração original. Em todos os casos, as novas edificações devem: posicionar-se sobre o alinhamento sem gerar recuos de jardim; auxiliar a conformar a face do quarteirão; manter a volumetria tradicional, com cumeeiras paralelas ao alinhamento ou com telhados planos; completar a face do quarteirão, mantendo a volumetria tradicional respeitando alturas e ritmos de cheios e vazios nos planos da fachada. Devido à predominância de apenas um pavimento, as novas construções devem se limitar a esta altura, evitando-se a referência literal aos elementos característicos da arquitetura tradicional para não cair em *falsos históricos* e/ou *falsos construtivos*.

Sobre o aspecto do conjunto, no que tange a revestimentos e cromaticidade, nota-se que boa parte das edificações apresenta rebocos de cimento com tintas de vinilo, o que significa uma alteração das técnicas construtivas tradicionais e do aspecto original. Presume-se que as casas no seu estado original – arquitetura luso-brasileira - tinham revestimento de cal e areia, tinta a base de cal com paletas de cores com um aspecto “aquarelado” e esquadrias de madeira com tintas foscas em tons mais escuros que a alvenaria. As tintas e cores utilizadas atualmente em planos de fachada e esquadrias descaracterizam o padrão do conjunto. Em vários casos uma unidade arquitetônica subdividida não apresenta unidade cromática. A proposta é manter os rebocos e tintas a base de cal para as alvenarias, sendo o pano de fundo mais claro que os relevos e tintas foscas em tons mais escuros para as esquadrias. Se disponíveis, registros e documentações podem auxiliar a recuperação do aspecto cromático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência foi positiva para todas as partes envolvidas. Em primeiro lugar, a dinâmica proposta permitiu que os alunos se integrassem e trabalhassem em equipe (no grupo de trabalho específico e com toda a turma) dada a interconexão de temas e dependências das informações coletadas. A participação dos alunos estrangeiros (procedentes do México, Argentina, Colômbia, França e Portugal) foi enriquecedora, pois eles ampliaram as referências com estudos de caso de seus países de origem (Fig. 4).



Fig. 4. Grupo de alunos e professores durante a visita à Mostardas. Fotografia de Cesar Vieira, abril de 2013.

A unificação e apresentação final ao Diretor e arquitetos do IPHAE, exigiu um esforço de síntese e coordenação entre todos os grupos, bem como o aprimoramento na expressão. Como foi dito, independente dos resultados e da viabilidade de implementação do trabalho, este sem dúvida se constituiu em um ponto de partida para a gestão do IPHAE. Os alunos ao longo do semestre tiveram uma aproximação real com as dificuldades relativas à preservação do patrimônio cultural. A experiência se converteu em um “mutirão” para a melhoria de um tema que interfere substancialmente na qualidade de vida de uma comunidade. Além da satisfação resultante do processo de aprendizado, todos os envolvidos ficamos com a sensação positiva de terem contribuído com a salvaguarda de o de um patrimônio vulnerável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Costa, Alfredo R. da. (1922). *O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o Estado*. Porto Alegre: Liv. da Globo.

Dreys, Nicolau (1961). *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre: Liv. do Globo, 185p.

De Carlo, Giancarlo (1970). *Urbino : the history of a city and plans for its development*. Massachusetts : The MIT Press.

Durán Rocca, Luisa (2009). *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano no século XVIII*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Tese para obter o título de Doutor em Planejamento Regional e Urbano.

Gutiérrez, Ramón (1991) Responsabilidades frente al patrimonio arquitectónico y urbano. Em: *1 Congresso latino-americano sobre cultura arquitetónica e urbanística*. Porto

Alegre, 10 -14 de junho de 1991. Anais. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura.p. 85-94.

IPHAE. Processo 00224-11.00 - 25/02/1991 (50 folhas)

SAINT-HILAIRE, Auguste de (1999). *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia.

RECURSOS EM INTERNET

Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE web site. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>